

Jonas Ricardo Correia

Advogado militante. Autor dos livros Manual Prático de Direito Imobiliário, Dano Moral Indenizável e Manual de Prática Jurídica.

José Domingues Filho

Graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE/Bauru-SP. Pós-graduado lato sensu em Direito Processual Civil pela Unigran. Juiz do TJMS, titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados-MS. Ex-delegado de Polícia (SSPMS), ex-advogado (OABSP e MS) e ex-professor de Direito Processual Civil na Es-magis (MS) e Unigran. Juiz eleitoral na 46ª ZE (1999/2000), 19ª ZE (2000/2002, 2004), 18ª ZE (2010/2012) e 43ª ZE (2019/2020).

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

É Bacharel em Direito em 2004 e pós-graduado lato sensu em Direito Civil e Processo Civil em 2006, pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; Mestre em Processo Civil e Cidadania pela Universidade Paranaense – UNIPAR em 2018. Em sua atuação profissional, é Assessor Jurídico do Gabinete da 6ª Vara Cível de Dourados - MS desde 2005 e Professor de Direito Civil no Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN desde 2006. Também leciona Direito Processual Civil em cursos de pós-graduação.

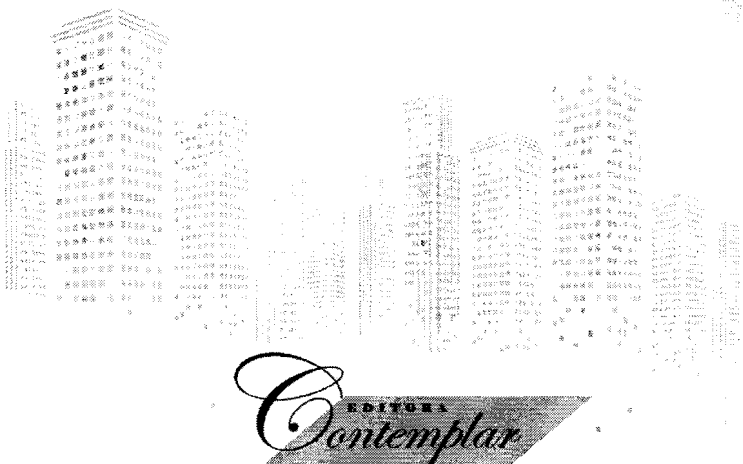
William Epitácio Teodoro de Carvalho

Advogado militante. Autor de diversas obras jurídicas.

MANUAL DE

DIREITO MUNICIPAL

2ª edição



ISBN: 978-85-9487-087-2

Autores

Jonas Ricardo Correia

José Domingues Filho

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

Willian Epitácio Teodoro de Carvalho

Capa e Diagramação

Mario do Carmo Ricalde

Revisão Gráfica

Aline Vieira Pipino de Freitas

Correia, Jonas Ricardo; Domingues Filho, José; Marchetti Filho, Gilberto Ferreira; Carvalho, Willian Epitácio Teodoro de.

Manual de Direito Municipal. Jonas Ricardo Correia; José Domingues Filho; Gilberto Ferreira Marchetti Filho; Willian Epitácio Teodoro de Carvalho. 2ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2021.

1. Direito. 2. Municipal.

I. Título.

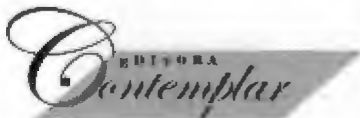
CDD: 340

CDU: 341.316

Fechamento desta edição: 30.04.2021

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	31
1. Conceito	31
2. Princípios da Administração Pública	32
2.1. Princípio da Legalidade.....	32
2.2. Princípio da Impessoalidade	33
2.3. Princípio da Moralidade.....	34
2.4. Princípio da Publicidade	35
2.5. Princípio da Eficiência	36
3. Entidades Administrativas.....	36
3.1. Autarquias	37
3.2. Fundações Públicas	37
3.3. Empresas Públicas.....	37
3.4. Sociedades de Economia Mista.....	38
4. Poderes Administrativos	38
4.1. Poder de Polícia.....	38
4.2. Poder Hierárquico	40
4.3. Poder Disciplinar	41
4.4. Poder Discricionário	41
4.5. Poder Regulamentar	41
5. Ato Administrativo	42
5.1. Espécies de Atos Administrativos.....	42
5.2. Requisitos do Ato Administrativo.....	42
6. Serviços Públicos	43
6.1. Classificação.....	43
6.2. Competência para a Prestação de Serviços Públicos.....	44
6.3. Modos e Meios de Prestação de Serviços Públicos.....	45
6.4. Execução de Obras Públicas.....	46
6.5. Concessão de Obras Públicas.....	46
6.5.1. Das Disposições Preliminares.....	46
6.5.2. Do Serviço Adequado	48
6.5.3. Dos Direitos e Obrigações dos Usuários	48

6.5.4. Da Política Tarifária	49
6.5.5. Da Licitação	50
6.5.6. Do Contrato de Concessão	53
6.5.7. Dos Encargos do Poder Concedente	57
6.5.8. Dos Encargos da Concessionária	58
6.5.9. Da Intervenção	59
6.5.10. Da Extinção da Concessão	59
6.5.11. Das Permissões	61
6.5.12. Disposições Finais e Transitórias	62

CAPÍTULO 2. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL..... 65

1. Da Autonomia e da Competência dos Municípios	66
1.1. Disposições Gerais	66
1.2. Autonomia Administrativa	67
1.3. Autonomia Financeira	68
1.4. Orçamento Municipal	69
1.5. Impostos Municipais	73
1.5.1. Aspectos Gerais	73
1.5.2. IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	73
1.5.3. ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	76
1.5.4. ISS - Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza	79
1.5.5. Diferenças entre Taxa e Tarifa	85
1.5.6. Contribuição de Melhoria	87
2. Servidor Público	90
2.1. Aspectos Gerais	90
2.2. Regimes Jurídicos dos Servidores Municipais	90
2.2.1. Regime Estatutário	91
2.2.2. Regime Celetista	91
2.2.3. Regime Especial	91
2.3. Exercício Funcional	91
2.4. Estabilidade	92
2.5. Readaptação	92
2.6. Remoção	92
2.7. Das Vantagens	93
2.8. Das Indenizações	93
2.9. Da Ajuda de Custo	94
2.10. Das Diárias	95
2.11. Do Auxílio-moradia	95
2.12. Das Gratificações e Adicionais	96
2.13. Da Gratificação Natalina	97

2.14. Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas.....	97
2.15. Do Adicional por Serviço Extraordinário.....	98
2.16. Do Adicional Noturno.....	98
2.17. Do Adicional de Férias.....	98
2.18. Das Férias.....	99
2.19. Das Licenças.....	100
2.19.1. Disposições Gerais.....	100
2.19.2. Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família.....	100
2.19.3. Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge.....	101
2.19.4. Da Licença para o Serviço Militar.....	102
2.19.5. Da Licença para Atividade Política.....	103
2.19.6. Da Licença para Capacitação.....	104
2.19.7. Da Licença para Tratar de Interesses Particulares.....	105
2.20. DOS AFASTAMENTOS.....	106
2.20.1. Do Afastamento para Servir a outro Órgão ou Entidade.....	106
2.20.2. Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo.....	107
2.20.3. Do Afastamento para Participação em Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> no País.....	109
2.21. Das Concessões.....	110
2.22. Do Regime Disciplinar.....	111
2.22.1. Dos Deveres.....	111
2.23. Das Proibições.....	112
2.24. Da Acumulação.....	113
2.25. Das Responsabilidades.....	114
2.26. Das Penalidades.....	115
2.27. Do Processo Administrativo Disciplinar.....	123
2.27.1. Disposições Gerais.....	123
2.27.2. Do Afastamento Preventivo.....	125
2.27.3. Do Processo Disciplinar.....	125
2.27.4. Do Inquérito.....	129
2.27.5. Do Julgamento.....	138
2.27.6. Da Revisão do Processo.....	140
2.28. Da Seguridade Social do Servidor.....	141
2.28.1. Disposições Gerais.....	141
2.28.2. Dos Benefícios.....	143
2.28.2.1. Da Aposentadoria.....	143
2.28.2.2. Do Auxílio-natalidade.....	146
2.28.2.3. Do Salário-família.....	147
2.28.2.4. Da Licença para Tratamento de Saúde.....	148
2.28.2.5. Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença-paternidade.....	149
2.28.2.6. Da Licença por Acidente em Serviço.....	150

2.28.2.7. <i>Da Pensão</i>	150
2.28.2.8. <i>Do Auxílio-funeral</i>	154
2.28.2.9. <i>Do Auxílio-reclusão</i>	155
2.28.2.10. <i>Da Assistência à Saúde</i>	155
2.28.3. <i>Das Disposições Gerais</i>	157
2.28.4. <i>Das Disposições Transitórias e Finais</i>	157
2.28.5. <i>Modelos</i>	159
2.28.5.1. <i>Modelo de Licença Maternidade do Servidor Público</i>	159
2.28.5.2. <i>Pedido de Exoneração do Cargo em Comissão</i>	160
2.28.5.3. <i>Requerimento de Auxílio-natalidade</i>	160
2.28.5.4. <i>Requerimento de Férias</i>	161
2.28.5.5. <i>Requerimento de Licença sem Remuneração</i>	162
2.28.5.6. <i>Requerimento de Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família</i>	162
2.28.5.7. <i>Requerimento de Licença Prêmio</i>	163
2.28.5.7. <i>Requerimento de Adicional por Tempo de Serviço</i>	164
2.28.5.8. <i>Pedido de Aposentadoria Normal com Conversão do Tempo Especial e Abono de Permanência</i>	165
3. Da Organização Política do Município	167
3.1. <i>Órgãos Municipais</i>	167
3.2. <i>Autonomia Política do Município</i>	167
4. Da Câmara Municipal	170
4.1. <i>Composição da Câmara Municipal</i>	170
4.2. <i>Funções da Câmara Municipal</i>	172
4.3. <i>Condições de Elegibilidade para Vereador</i>	173
4.4. <i>Dos Impedimentos dos Vereadores</i>	174
4.5. <i>Da Competência da Câmara Municipal</i>	174
4.6. <i>Dos Projetos Enviados à Câmara</i>	176
4.7. <i>Reuniões para as Datas de Instalação dos Períodos Legislativos</i>	176
5. Do Processo Legislativo	176
5.1. <i>Função Legislativa</i>	176
5.2. <i>Dos Projetos a serem Submetidos à Câmara</i>	177
6. Do Prefeito Municipal	178
6.1. <i>Conceito</i>	178
6.2. <i>Eleição</i>	178
6.3. <i>Dos Impedimentos</i>	179
6.4. <i>Função do Prefeito</i>	179
6.5. <i>Remuneração do Cargo de Prefeito</i>	181
6.6. <i>Crimes de Responsabilidade dos Prefeitos</i>	182
7. Da Administração Financeira	188
7.1. <i>Aspectos Iniciais</i>	188

7.2. Deliberação Orçamentária.....	188
7.3. Fiscalização da Administração Financeira do Município.....	190
8. Código de Obras.....	191
8.1. Aspectos Gerais.....	191

CAPÍTULO 3. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO 193

1. Disposições Preliminares.....	193
2. Dos Requisitos Urbanísticos para Loteamento.....	195
3. Do Projeto de Loteamento.....	197
4. Do Projeto de Desmembramento.....	199
5. Da Aprovação do Projeto de Loteamento e Desmembramento.....	199
6. Do Registro do Loteamento e Desmembramento.....	201
7. Dos Contratos.....	206
8. Loteamento Não Registrado.....	212
9. Da Competência e das Intimações.....	213
10. Crimes contra a Administração Pública.....	213

CAPÍTULO 4. ALIENAÇÃO DE BENS MUNICIPAIS 215

1. Conceito.....	215
2. Bens Públicos.....	216
3. Bens do Domínio Público do Estado.....	217
4. Bens de Uso Comum do Povo.....	217
5. Bens de Uso Especial.....	218
6. Bens Dominicais.....	219
7. Alienação dos Bens de Uso Comum do Povo e de Uso Especial.....	219
8. Alienação dos Bens Dominicais.....	220
9. Pressupostos Formais do Ato de Alienação.....	221
10. Dispensa de Licitação.....	222
11. Modalidades de Alienação.....	222

CAPÍTULO 5. TÉCNICA LEGISLATIVA MUNICIPAL 223

1. Noções de Técnica Legislativa.....	223
2. Conceito de Técnica Legislativa.....	223
3. Elaboração do Texto Legal.....	224
4. Partes do Ato Normativo.....	224
4.1. A Parte Preliminar ou Preambular.....	224

4.2. <i>A Parte Normativa ou Corpo do Texto</i>	225
4.3. <i>A Parte Final</i>	225
5. Estrutura do Texto Normativo	226
5.1. <i>Subdivisão do Corpo do Texto Legal</i>	226
5.2. <i>Agrupamento dos Artigos</i>	227
5.3. <i>Disposições Preliminares ou Lei de Introdução</i>	228
5.4. <i>Disposições Gerais e Disposições Finais</i>	228
5.5. <i>Disposições Transitórias</i>	228
5.6. <i>Cláusula de Vigência</i>	228
5.7. <i>Cláusula Revogatória</i>	229
5.8. <i>Fecho</i>	229
5.9. <i>Justificação</i>	229
CAPÍTULO 6. DESAPROPRIAÇÃO	231
1. <i>Conceito</i>	231
2. <i>Natureza</i>	232
3. <i>Fundamentos</i>	232
4. <i>Função Social como Restrição ao Direito de Propriedade</i>	237
5. <i>Óbices aos Princípios Constitucionais</i>	240
6. <i>Precedentes e as Normas da Desapropriação</i>	244
7. <i>Competência</i>	247
8. <i>Procedimento</i>	247
9. <i>Modelos Práticos</i>	251
9.1. <i>Petição de Ação de Desapropriação</i>	251
9.2. <i>Ação Anulatória de Desapropriação</i>	254
CAPÍTULO 7. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA	265
1. <i>Introdução</i>	265
2. <i>Poder Disciplinar</i>	266
3. <i>Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa</i>	268
4. <i>Autoridade Competente para Instaurar Sindicância ou Processo Disciplinar Administrativo</i>	271
5. <i>Crimes Cometidos por Servidores fora da Administração Pública</i>	274
6. <i>Sindicância Patrimonial</i>	274
7. <i>Modelos</i>	278
7.1. <i>Portaria Instauradora de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Contraditória</i>	278

7.2. Requerimento de Substituição de Membro	279
7.3. Portaria de Substituição de Membro	280
7.4. Requerimento de Prorrogação de Prazo à Autoridade Instauradora	280
7.5. Portaria Instauradora Conjunta de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Contraditória	282
7.6. Ata de Instalação e Deliberações da Comissão Processante	283
7.7. Comunicação da Instalação à Autoridade Instauradora	284
7.8. Comunicação da Instalação ao Órgão de Recursos Humanos/Gestão de Pessoas e Solicitação de Cópia dos Assentamentos Funcionais do Acusado	285
7.10. Ata de Reunião Deliberativa	287
7.11. Intimação do Acusado/Procurador acerca da Ata Deliberativa	288
7.12. Notificação Prévia	289
7.13. Intimação do Acusado/Procurador para Acompanhar os Atos Instrutórios ...	290
7.14. Intimação de Testemunha	291
7.15. Solicitação de Comparecimento de Autoridade para Depor como Testemunha	292
7.16. Intimação do Acusado/Procurador Informando Oitiva de Testemunha por Carta Precatória	293
7.18. Ofício Solicitando Documentos	295
7.19. Requerimento da Comissão Processante à Autoridade Fiscal	296
7.20. Requerimento da Comissão Processante ao Responsável da Instituição Financeira	297
7.21. Termo de Diligência	299
7.22. Despacho de Saneamento	300
7.23. Termo de Indiciação	301
7.24. Mandado de Citação	302

CAPÍTULO 8. DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS **309**

1. Sanção	313
2. Publicação	313
3. Vetos presidenciais	313
4. Revogação	328
5. Vigência	328
6. Motivos da nova lei	328
7. Abrangência	329
8. Causas de incidência	329
9. Microempresas e empresas de pequeno porte	330

10. Princípios e objetivos	330
11. Definições.....	331
12. Agentes públicos atuantes no procedimento licitatório	341
13. Condutor da licitação e vedações	342
14. Objetivos do processo licitatório.....	342
15. Atos praticados no processo licitatório	343
16. Impedidos à licitação ou execução do contrato	343
17. Participação de cooperativa	344
18. Fases do processo licitatório	344
19. Contingências da licitação na forma eletrônica e presencial	345
20. Da instrução do processo licitatório.....	345
21. Aquisição de itens de consumo.....	346
22. Convocação	347
23. Obrigatoriedade da matriz de alocação de riscos no edital	348
24. Valor previamente estimado	348
25. Valor estimado para contratação de obras e serviços de engenharia	349
26. Valor estimado para obras e serviços de engenharia sob regimes de contratação integrada ou semi-integrada	349
27. Valor estimado por Municípios, Estados e Distrito Federal.....	350
28. Impossibilidade de estimação nas contratações diretas	350
29. Caráter sigiloso do orçamento estimado.....	350
30. Conteudística do edital.....	351
31. Exigência de reserva de mão de obra.....	352
32. Margem de preferência de bens e serviços	352
33. Medidas de compensação exigíveis do contratado.....	353
34. Divulgação das empresas favorecidas por preferência	354
35. Elenco específico	354
36. Rito da concorrência e pregão	354
37. Concurso	355
38. Leilão	355
39. Diálogo competitivo	356
40. Disposições impostas ao diálogo competitivo.....	357
41. Especificação	358
42. Parâmetros mínimos	359
43. Critério da melhor técnicas ou conteúdo artístico	360
44. Julgamento por técnica e preço	360

45. Julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço.....	361
46. Pontuação no critério melhor técnica ou por técnica e preço.....	362
47. Julgamento por maior retorno econômico	362
48. Das Compras	363
49. Prova da qualidade do produto.....	364
50. Conteúdo processo de padronização	365
51. Normas especiais para licitação de obras e serviços de engenharia.....	366
52. Projeto para realização de obras e serviços de engenharia	367
53. Desapropriação nos regimes de contratações integrada e semi-integrada	367
54. Alteração do projeto básico na contratação semi-integrada	368
55. Incidência dos regimes de contratação integrada e semi-integrada.....	368
56. Dos serviços em geral.....	369
57. Execução por terceiros	369
58. Execução do mesmo serviço por mais de uma empresa ou instituição	370
59. Apresentação de comprovantes na dedicação exclusiva de mão de obra	370
60. Licitação para locação de imóveis	371
61. Caracteres do edital das licitações internacionais.....	371
62. Controle prévio de legalidade da contratação	372
63. Possibilidade de rejeição de parecer contrário	372
64. Controle prévio de legalidade em outros atos	373
65. Casos de dispensa de prévia análise jurídica.....	373
66. Publicidade do edital de licitação.....	373
67. Disponibilização do processo licitatório homologado.....	373
68. Prazos para apresentação de propostas e lances.....	374
69. Modificações no edital e redução de prazo	374
70. Modo de disputa	375
71. Admissão de reinício da disputa aberta	375
72. Reelaboração de planilhas de obras ou serviço de engenharia pelo vencedor ..	375
73. Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.....	376
74. Garantia de proposta	376
75. Desclassificação das propostas	376
76. Verificação da conformidade das propostas	376
77. Empate entre propostas.....	377
78. Inocorrência de desempate	377
79. Possibilidade de negociar condições mais vantajosas com o vencedor	378

80. Conceito e divisão	378
81. Disposições observáveis	379
82. Declaração de atendimento aos custos trabalhistas	379
83. Avaliação prévia do local de execução	379
84. Substituição ou a apresentação de documentos para habilitação	380
85. Saneamento pela comissão de licitação.....	380
86. Habilitação antecedente à fase de julgamento	380
85. Condições de habilitação	380
87. Habilitação jurídica.....	380
88. Documentação técnico-profissional e técnico-operacional	381
89. Exigência de atestados	381
90. Exigências dos incisos II e III do art. 67	381
91. Documentos emitidos por entidades estrangeiras.....	382
92. Serviços contínuos	382
93. Atendimento do inciso V do art. 67 por empresa estrangeira	382
94. Atestados relativos a potencial subcontratado	382
95. Apresentação de atestado de desempenho emitido em favor de consórcio	383
96. Habilitações fiscal, social e trabalhista	383
97. Habilitação econômico-financeira.....	384
98. Conformação da documental de habilitação	385
99. Providências da autoridade superior	385
100. Pronunciamento de nulidade.....	386
101. Motivo determinante para a revogação do processo licitatório	386
102. Abrangência do art. 71.....	386
103. Dever de indenizar	386
104. Do Processo de Contratação Direta.....	386
105. Responsabilidade na contratação direta irregular	387
106. Da Inexigibilidade de Licitação	387
107. Fornecimento exclusivo.....	388
108. Empresário exclusivo de profissional do setor artístico	388
109. Contratação de serviços técnicos especializados de notória especialização.....	389
110. Requisitos para aquisição ou locação de imóvel de necessária escolha	389
111. Hipóteses legais de dispensa	389
112. Aferição dos valores referidos nos incisos I e II do art. 75	394
113. Dispensa prevista na alínea c do inciso IV do caput art. 75.....	395

114. Contratação emergencial	395
115. Limite de incidência do somatório	395
116. Normas de interesse público na alienação de bens da Administração	396
117. Imóveis	396
118. Móveis	398
119. Dispensa de autorização para alienar	399
120. Reversão ao patrimônio da pessoa jurídica de direito público doadora	399
121. Concessão de direito de propriedade ou de direito real de uso	399
122. Investidura	400
123. Condicionante básica da doação com encargo	401
124. Direito de preferência do ocupante do imóvel	401
125. Procedimentos Auxiliares	401
126. Credenciamento	401
127. Procedimentos de credenciamento	402
128. Pré-qualificação	402
129. Procedimento da pré-qualificação	403
130. Apresentação de documentos para exame	403
131. Bens e serviços catalogados	403
132. Pré-qualificação em grupo	403
133. Pré-qualificação total ou parcial	403
134. Prazo de validade da pré-qualificação	404
135. Divulgação e restrição da licitação aos pré-qualificados	404
136. Procedimento de manifestação de interesse	404
137. Realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos	404
138. Aceitação dos produtos e serviços	405
139. Restrição do procedimento	405
140. Sistema de registro de preços	405
141. Critério de julgamento de menor preço por grupo de itens	406
142. Registro de preços sem indicação do total a ser adquirido	406
143. Uso do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços	407
144. Existência de preços registrados	407
145. Prazo de vigência da ata de registro de preços	407
146. Execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços	408
147. Procedimento público de intenção de registro de preços	408
148. Aquisições ou adicionais referidas no § 2º do art. 86	409

149. Adesão à ata de registro de preços de órgão ou gerenciadora do Poder Executivo	409
150. Aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar	409
151. Vedação à adesão à ata e registro de preços	409
152. Registro Cadastral	410
153. Inscrição no cadastro ou a sua atualização	410
154. Atuação do contratado no cumprimento de obrigações.....	410
155. Participação do requerente da inscrição.....	411
156. Formalização dos contratos.....	411
157. Convocação do licitante vencedor	411
158. Inocorrência de aceite por algum dos licitantes	412
159. Recusa injustificada do adjudicatário.....	412
160. Convocação para contratação do remanescente	413
161. Forma dos contratos e seus aditamentos	413
162. Cláusulas necessárias em todo contrato com a Administração	413
163. Ressalvas ao foro da sede da Administração.....	415
164. Cláusula de período de providências prévias	415
165. Cláusula de índice de reajustamento do preço	415
166. Cessão de direitos patrimoniais para a Administração	416
167. Condição indispensável para a eficácia do contrato e seus aditamentos	417
168. Obrigatoriedade do instrumento de contrato.....	418
169. Contrato verbal com a Administração	418
170. Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos ...	418
171. Objetivo do seguro-garantia.....	419
172. Caso de substituição da apólice de seguro-garantia	419
173. Percentual de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos..	420
174. Percentual do seguro-garantia de obras e serviços vultosos de engenharia	420
175. Liberação da garantia prestada	420
176. Acréscimo ao valor da garantia	420
177. Seguro-garantia com clausula de retomada.....	421
178. Riscos contratuais previstos e presumíveis	421
179. Gerenciamento	422
180. Riscos transferíveis preferencialmente ao contrato	422
181. Fins da alocação de riscos	422
182. Matriz de alocação de riscos	422

183. Atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos.....	422
184. Parâmetros e detalhamento da alocação	423
185. Rol básico de prerrogativas	423
186. Condições da prerrogativa de ocupação provisória	423
187. Alteração de cláusulas econômico-financeiras e monetárias.....	424
188. Revisão econômico-financeira na modificação unilateral do contrato	424
189. Duração superior ao exercício financeiro.....	424
190. Contratos com prazo de até 5 (cinco) anos	424
191. Máximo da prorrogação sucessiva de contratos de serviço e fornecimentos contínuos	425
192. Hipóteses de vigência máxima decenal	425
193. Duração por prazo indeterminado	426
194. Vigência na contratação geradora de receita e de eficiência por economia.....	426
195. Prorrogação automática	426
196. Duração contratual prevista em lei especial	427
197. Prazo do contrato fornecimento e prestação de serviço associado.....	427
198. Tempo máximo dos contratos de operação de tecnologia da informação.....	427
199. Regra do <i>pacta sunt servanda</i>	427
200. Licenciamento ambiental de responsabilidade da Administração	428
201. Cronograma de execução em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato	428
202. Reserva de cargos para pessoa com deficiência.....	428
203. Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.....	428
204. Contratação de terceiros para assistir e subsidiar o fiscal.....	429
205. Preposto do contratado	429
206. Responsabilidade comum do contratado.....	429
207. Responsável por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ..	430
208. Garantia das obrigações trabalhistas pelo contratado.....	430
209. Subcontratação na execução de parte da obra, serviço ou fornecimento	431
210. Subcontratação vedada Reclamações relacionadas à execução dos contratos.	431
211. Reclamações relacionadas à execução dos contratos	432
212. Possibilidades.....	432
213. Alterações decorrentes de falhas de projeto	433
214. Alteração por afetação extraordinária do preço de insumo.....	433
215. Imposições nas alterações unilaterais referidas no art. 124, I	433
216. Falta de contemplação de preços unitários para obras ou serviços pelo contratado	

.....	434
217. Diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência.....	434
218. Alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços	434
219. Alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado.....	434
220. Extinção do contrato e reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro	434
221. Formalização do termo aditivo.....	435
222. Vedante de alteração dos valores contratuais	435
223. Alteração dos preços contratados para mais ou menos.....	435
224. Preços para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	436
225. Não vinculação da Administração	436
226. Vedação.....	436
227. Repactuação.....	436
228. Registros que não caracterizam alteração contratual	437
229. Motivos para extinção do contrato	437
230. Direito do contratado à extinção do contrato	438
231. Disposições observáveis nos casos do art. 137, II a IV	439
232. Modos de extinção prematura do contrato licitado.....	439
233. Direito decorrente da extinção contratual por culpa exclusiva da Administração	439
234. Consequências da extinção contratual por ato unilateral da Administração	440
235. Formas.....	440
236. Recebimento de obras e serviços.....	441
237. Em se tratando de compras	441
238. Recusa de recebimento do objeto do contrato.....	441
239. Responsabilidade pelo objeto entregue	441
240. Prazos e métodos para o recebimento.....	441
241. Correrão por conta do contratado	442
242. Recebimento definitivo de projeto	442
243. Prazo de garantia de obra recebida.....	442
244. Ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.....	442
245. Possibilidade de alteração da cronologia	443
246. Inobservância imotivada da ordem cronológica	443

247. Disponibilização da ordem cronológica de pagamentos.....	443
248. Atualização do débito vencido	444
249. Pagamento em conta vinculada ou por comprovação do fato gerador	444
250. Liberação de parcela incontroversa	444
251. Remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado	444
252. Pagamento antecipado	445
253. Comunicação no ato de liquidação da despesa	445
254. Decisão sobre suspensão do procedimento ou da execução contratual irregular	446
255. Condicionantes da declaração de nulidade do contrato administrativo.....	446
256. Nulidade frente ao dever da Administração indenizar o contratado	447
257. Caracterização adequada do objeto e indicação dos créditos orçamentários para pagamento	447
258. Espécies de meios e natureza da controvérsia em que se empregam	447
259. Âmbito da arbitragem.....	448
260. Aditamento contratual para adoção de meios alternativos	448
261. Escolhas dos árbitros.....	448
262. Infrações administrativas	448
263. Sanções administrativas.....	450
264. Advertência	450
265. Multa.....	450
266. Impedimento de licitar e contratar	450
267. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	451
268. Condição de aplicabilidade da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	451
269. Cumulatividade	451
270. Oportunidade de defesa	452
271. Procedimento para aplicação das sanções dos incisos III e IV do art. 156	452
272. Prescrição.....	452
273. Julgamento simultâneo.....	453
274. Desconsideração da personalidade jurídica.....	454
275. Informação e atualização de dados relativos às sanções aplicadas	454
276. Cômputo e consequências da soma de sanções derivadas de contratos diversos com única empresa	454
277. Multa moratória	455
278. Reabilitação do licitante ou contratado	455

279. Legitimado à impugnação do edital de licitação	455
280. Instrumentos de correção dos atos de licitação e seu cabimento	456
281. Recursos do julgamento das propostas e da habilitação ou não de licitante	456
282. Procedimento do recurso tratado no inciso I do art. 165	457
283. Prazo e rito do recurso da advertência, multa, impedimento de licitar e contratar	457
284. Revisão de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	457
285. Efeito do recurso e do pedido de reconsideração	458
286. Assessoramento jurídico à autoridade decisora	458
287. Linhas de defesa das contratações públicas.....	458
288. Incumbência da implementação das práticas de controle.....	458
289. Providência dos integrantes das linhas de defesa das contratações públicas...	460
290. Critérios dos órgãos de controle na fiscalização dos atos licitatórios	461
291. Campos de observação na fiscalização de controle	461
292. Suspensão cautelar do processo licitatório pelo tribunal de contas	462
293. Incumbência do intimado da ordem de suspensão do processo licitatório.....	462
294. Decisão de mérito da medida cautelar de suspensão do processo licitatório ..	462
295. Lastro orientativo dos órgãos de controle.....	463
296. Capacitação para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Licitatória.....	463
297. Portal Nacional de Contratações Públicas.....	463
298. Gerência do PNCP	463
299. Informações contidas no PNCP	464
300. Formato de dados do PNCP	465
301. Base nacional de notas fiscais eletrônicas	465
302. Instituição de sítio eletrônico oficial para divulgação complementar.....	466
303. Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes	466
304. Finalidade das alterações legislativas.....	467
305. Código de Processo Civil.....	467
306. Código Penal.....	468
307. Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	471
308. Parceria público-privada no âmbito da administração pública	471
309. Objetividade	471
310. Instituição de centrais de compras pelos entes federativos.....	472
311. Atualização dos valores fixados pela Lei Licitatória.....	472
312. Contagem de prazos da Lei de Licitações	473

313. Termo inicial do prazo	473
314. Prorrogação.....	473
315. Sete relevâncias na contada de prazo da LLCA.....	473
316. Aplicação da Lei de Licitações aos convênios, acordos, ajustes e congêneres ..	474
317. Incidência das disposições criminais às licitações e contratos da LF n. 13.303/2016	474
318. Subsidiariedade da Lei Licitatória a outras leis específicas	475
319. Princípio <i>tempus regit actum</i>	475
320. Princípio da irretroatividade da lei.....	475
321. Regulamentos editados pela União.....	476
322. Incidência da Lei de Licitações a legislação ligada expressamente às revogadas	476
323. Revogação expressa	476
324. Vigência.....	476
325. Desenho final de contexto	477

CAPÍTULO 9. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 479

1. Conceito	479
2. Disposições Gerais.....	480
3. Objeto da Ação Civil de Improbidade Administrativa	484
4. Dos Atos de Improbidade Administrativa.....	485
4.1. <i>Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito</i>	485
4.2. <i>Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário</i>	487
4.3. <i>Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário</i>	490
4.4. <i>Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública</i>	491
5. Das Penas	492
6. Da Declaração de Bens.....	496
7. Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial	497
8. Das Disposições Penais.....	502
9. Modelos	507
9.1. <i>Contestação</i>	507

CAPÍTULO 10. PRECATÓRIOS 513

1. Disposições Gerais.....	513
2. Regime Especial.....	514
3. Ordem Cronológica de Pagamento	514
4. Prioridade para Pagamento.....	515
5. Inclusão Obrigatória	515
6. Parcelamentos.....	515
7. Retardar ou Tentar Frustrar a Liquidação.....	515
8. Compensação de Precatórios com Débitos Federais	516
9. Compra de Imóveis	516
10. Atualização de Valores	516
11. Cessão de Créditos.....	516
12. Receita Corrente Líquida.....	517
13. Débitos Decorrentes de Condenações Judiciais.....	517

CAPÍTULO 11. RESPONSABILIDADE FISCAL 519

1. Disposições Preliminares.....	519
2. Da Lei de Diretrizes Orçamentárias	522
3. Da Lei Orçamentária Anual.....	524
4. Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas.....	527
5. Da Previsão e da Arrecadação.....	531
6. Da Renúncia de Receita.....	532
7. Da Geração da Despesa.....	534
8. Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado	536
9. Das Despesas com Pessoal	537
10. Do Controle da Despesa Total com Pessoal.....	546
11. Das Despesas com a Seguridade Social.....	550
12. Das Transferências Voluntárias.....	550
13. Da Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado.....	555
14. Da Dívida e do Endividamento	556
15. Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito.....	557
16. Da Recondução da Dívida aos Limites	562
17. Das Operações de Crédito	563
18. Das Vedações	566
19. Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária	568
20. Das Operações com o Banco Central do Brasil.....	568
21. Da Garantia e da Contragarantia	570

22. Dos Restos a Pagar	571
23. Da Gestão Patrimonial.....	572
24. Da Preservação do Patrimônio Público	573
25. Das Empresas Controladas pelo Setor Público	575
26. Da Transparência, Controle e Fiscalização.....	576
27. Da Escrituração e Consolidação das Contas	582
28. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.....	584
29. Do Relatório de Gestão Fiscal.....	585
30. Das Prestações de Contas	587
31. Da Fiscalização da Gestão Fiscal.....	590
32. Disposições Finais e Transitórias	591

CAPÍTULO 12. DOS CRIMES DE PREFEITOS E VEREADORES 597

1. Crimes de Responsabilidade do Prefeito Municipal.....	597
2. Do Processo Criminal	600
3. Do Vice-prefeito	601
4. Infrações Político-administrativas dos Prefeitos Municipais Sujeitas ao Julgamento pela Câmara dos Vereadores	601
5. Processo de Cassação do Mandato do Prefeito pela Câmara	602
6. Extinção do Mandato de Prefeito.....	606
7. Cassação do Mandato de Vereador	607
8. Extinção do Mandato de Vereador.....	607

CAPÍTULO 13. EXECUÇÃO FISCAL..... 609

1. Aspectos Gerais.....	609
2. Da Dívida Ativa da Fazenda Pública.....	610
3. Réus na Execução Fiscal	612
4. Competência	614
5. Da Petição Inicial	614
6. Citação do Executado	615
7. Garantia da Execução.....	619
8. Da Penhora ou Arresto	620
9. Dos Embargos do Executado	624
10. Alienação Antecipada dos Bens	628
11. Da Arrematação	629
12. Alienação de Bens Penhorados	630
13. Adjudicação de Bens Penhorados	630

14. Intimação ao Representante Judicial.....	631
15. Extinção da Execução Fiscal	631
16. Publicidades dos Atos Processuais	631
17. Da Reunião de Processos	631
18. Concurso de Credores	631
19. Bens que Respondem pelo Pagamento da Dívida Pública	632
20. Dos Depósitos Judiciais	633
21. Da Comunicação da Decisão Final.....	634
22. Dos Embargos Infringentes e de Declaração	634
23. Audiência de Revisor	634
24. Competência para Baixar Normas sobre Recolhimento	634
25. Da Responsabilidade do Auxiliar de Justiça	634
26. Da Discussão Judicial da Dívida Ativa	635
27. Do Pagamento das Custas	635
28. Do Devedor não Encontrado	635
29. Do Processo Administrativo	636
30. Modelos	637
30.1. Ação de Execução Fiscal por Parte de Município, ante Demonstrativo de Débito Tributário Formalizado em Certidão de Dívida Ativa.....	637
30.2. Inicial de Execução Fiscal	639
30.3. Petição de Extinção da Execução Fiscal	641

CAPÍTULO 14. A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO 643

1. Prerrogativas Processuais da Fazenda Pública	643
2. Da Execução contra a Fazenda Pública.....	646
3. Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública.....	647
4. Das Despesas, dos Honorários Advocatícios, das Multas e a Fazenda Pública.....	649
5. A Fazenda Pública nos Juizados Especiais	653

CAPÍTULO 15. USUCAPIÃO 659

1. Definição e Características	659
2. Usucapião de Bens Imóveis.....	660
3. Usucapião Ordinária	662
4. Usucapião Extraordinária	665
5. Usucapião Constitucional.....	667

6. Usucapião Coletiva	670
7. Usucapião Administrativa ou Extrajudicial	673
8. Usucapião em Defesa na Ação Reivindicatória	680
9. Usucapião de Bens Públicos	681
10. O Processo Legal no Novo CPC.....	684
10.1. <i>Competência</i>	684
10.2. <i>Requisitos Formais do Processo.....</i>	686
10.3. <i>Documentação Necessária para a Instrução do Processo</i>	688
10.3.1. <i>Usucapião Urbana</i>	689
10.3.2. <i>Usucapião Administrativa.....</i>	690
10.4. <i>Defesa em Usucapião</i>	691
10.4.1. <i>A Defesa nas Ações de Usucapião em face do Novo Código de Processo Civil</i>	691
10.4.2. <i>Vícios Formais ou Nulidades do Processo.....</i>	692
10.5. <i>Condições da Ação</i>	696
10.6. <i>Pressupostos Processuais.....</i>	699
10.7. <i>Pressupostos Formais.....</i>	703
10.8. <i>Da Inépcia da Inicial.....</i>	704
10.8.1. <i>Requisitos da Petição Inicial do Procedimento Comum.....</i>	705
10.9. <i>Valor da Causa na Ação de Usucapião</i>	715
10.10. <i>Modelos de Ações</i>	717
10.10.1. <i>Ação de Usucapião Extraordinária de 15 Anos (Modelo 1)</i>	717
10.10.2. <i>Ação de Usucapião Extraordinária de 15 Anos (modelo 2).....</i>	725
10.10.3. <i>Ação de Usucapião Extraordinária de 15 Anos (Modelo 3)</i>	728
10.10.4. <i>Ação de Usucapião Extraordinária de 10 Anos (Modelo 1)</i>	731
10.10.5. <i>Ação de Usucapião Extraordinária de 10 Anos (Modelo 2)</i>	739
10.10.6. <i>Ação de Usucapião Extraordinária de 10 Anos (Modelo 3)</i>	742
10.10.7. <i>Ação de Usucapião Ordinária de 10 Anos.....</i>	745
10.10.8. <i>Ação de Usucapião Especial ou Constitucional de 5 Anos</i>	748
10.10.10. <i>Ação de Usucapião Constitucional de Imóvel Urbano (5 Anos - Modelo 1)</i>	760
10.10.11. <i>Ação de Usucapião Constitucional de Imóvel Urbano (5 Anos - Modelo 2)</i>	765
10.10.12. <i>Ação de Usucapião Constitucional de Imóvel Urbano (5 Anos - Modelo 3)</i>	768
10.10.13. <i>Ação de Usucapião Coletiva Urbana (5 Anos - Modelo 1)</i>	771
10.10.14. <i>Ação de Usucapião Coletiva Urbana (5 Anos - Modelo 2)</i>	777
10.10.15. <i>Ação de Usucapião Familiar (2 Anos).....</i>	781
10.10.16. <i>Recurso de Apelação em Usucapião.....</i>	786

CAPÍTULO 16. DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA 795

1. Princípios e Objetivos da Reurb	795
2. Da Definição Legal dos Institutos	796
3. Modalidades.....	798
4. Dos Legitimados para Requerer a Reurb	800
5. Dos Instrumentos da Reurb.....	801
6. Da Demarcação Urbanística	802
7. Da Legitimação Fundiária	805
8. Da Legitimação de Posse	806
9. Do Procedimento Administrativo	807
10. Do Projeto de Regularização Fundiária	810
11. Da Conclusão da Reurb	813
12. Do Direito Real de Laje.....	814
13. Do Condomínio de Lotes	817
14. Dos Conjuntos Habitacionais.....	819
15. Do Condomínio Urbano Simples	819
16. Da Arrecadação de Imóveis Abandonados.....	820
17. Dos Procedimentos de Avaliação e Alienação de Imóveis da União	821
18. Disposições Finais.....	824

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 827